

# Diário da Justiça

Nº 5655 ANO XLII CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2000 EDIÇÃO DE HOJE - 324 PÁG.

**SUMÁRIO**

**PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ATOS DA PRESIDÊNCIA .....  
 SECRETARIA .....  
 DEPARTAMENTO DA MAGISTRATURA ..... 01  
 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO .....  
 DEPARTAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO ..... 02  
 DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO ..... 03  
 DEPARTAMENTO DE OBRAS .....  
 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS .....  
 DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO  
 CÂMARAS CÍVEIS ..... 03  
 CÂMARAS CRIMINAIS ..... 07  
 SEÇÃO DE PREPARO .....  
 SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO .....  
 CORREGEDORIA DA JUSTIÇA .....  
 CONSELHO DA MAGISTRATURA ..... 08  
 ESCOLA DA MAGISTRATURA .....  
 COMISSÃO INT. CONC. PROMOÇÕES .....  
 SISTEMAS DE JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS .....

**TRIBUNAL DE ALÇADA**

ATOS DA PRESIDÊNCIA ..... 08  
 SECRETARIA .....  
 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO .....  
 DEPARTAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO .....  
 PROCESSO CÍVEL ..... 09  
 PROCESSO CRIME ..... 31  
 SERVIÇO DE PREPARO .....  
 SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO .....  
 DIVISÃO DE REGISTROS E INFORMAÇÕES .....  
 COMISSÃO INTERNA DE CONCURSOS E PROMOÇÕES .....

**COMARCA DA CAPITAL**

CÍVEL ..... 32  
 CRIME ..... 107  
 JUIZADOS ESPECIAIS ..... 109

**COMARCA DO INTERIOR**

CÍVEL ..... 112  
 CRIME ..... 203  
 JUIZADOS ESPECIAIS ..... 204

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....  
 CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....

**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL .....  
 JUSTIÇA ELEITORAL ..... 210  
 JUSTIÇA DO TRABALHO ..... 230  
 MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO .....  
 JUSTIÇA MILITAR .....  
 JUSTIÇA FEDERAL ..... 279

**EDITAIS JUDICIAIS**

CAPITAL ..... 308  
 INTERIOR ..... 309  
 DIVERSOS DIVISÃO DO CONCELHO DE MAGISTRATURA ... 323

**Novas normas técnicas**

Atendendo a necessidade econômica e ecológica de diminuir o uso de papel, o Diário da Justiça estará adotando um novo formato (em três colunas) a partir do dia 21 de março de 2000. Para que as matérias não percam qualidade, é necessário adotar os seguintes procedimentos:

01. Usar papel ofício branco, sem listras ou fundo personalizado, imprimindo em tinta preta;
02. Usar impressora jato de tinta ou laser, evitando a matricial; 03. Utilizar fonte Times New Roman;
03. Utilizar fonte Times New Roman
04. As matérias deverão ter no máximo 11 cm de largura, corpo 8 para texto corrido e corpo 10 para os títulos;
05. Evitar o uso de itálico e negrito;
06. Utilizar e entrelinha automática;
07. O parágrafo deve avançar 5 espaços digitados;
08. Não digitar o texto integralmente em letras maiúsculas;
09. Matérias com mais de uma lauda sempre numeradas;
10. Não enviar matérias borradas ou sem nitidez.

A qualidade da impressão do Diário da Justiça está em suas mãos. Ajude-nos a fazer um jornal menos oneroso e melhor.

A Gerência

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**DEPARTAMENTO DA MAGISTRATURA**

**DECRETO JUDICIÁRIO Nº 064 - D.M.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista a decisão do egrégio Órgão Especial datada de 09 de junho do ano em curso e o contido no protocolado sob nº 54.887/2000, resolve

REMOVER

por OPÇÃO e pelo critério de MERECEMENTO, o Doutor JOSÉ CAMACHO SANTOS, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de entrância final de Maringá, ao cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da mesma comarca.

Curitiba, 09 de junho de 2000.

*Sydney Dittrich Zappa*  
 SYDNEY DITTRICH ZAPPA  
 Presidente

**DECRETO JUDICIÁRIO Nº 065 - D.M.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista a decisão do egrégio Órgão Especial datada de 09 de junho do ano em curso e o contido no protocolado sob nº 48.339/2000, resolve

REMOVER

pelo critério de ANTIGUIDADE, o Doutor JOSÉ ROBERTO PINTO JUNIOR, Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de entrância final de Londrina, ao cargo de Juiz de Direito Substituto da 10ª Seção Judiciária da Comarca de igual entrância de Curitiba.

Curitiba, 09 de junho de 2000.

*Sydney Dittrich Zappa*  
 SYDNEY DITTRICH ZAPPA  
 Presidente

**DECRETO JUDICIÁRIO Nº 066 - D.M.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista a decisão do egrégio Órgão Especial datada de 09 de junho do ano em curso e o contido no protocolado sob nº 48.340/2000, resolve

REMOVER

pelo critério de ANTIGUIDADE, a Doutora CRISTIANE SANTOS LEITE, Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de entrância intermediária de Goioerê, ao cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de igual entrância de Paranavai.

Curitiba, 09 de junho de 2000.

*Sydney Dittrich Zappa*  
 SYDNEY DITTRICH ZAPPA  
 Presidente

**DECRETO JUDICIÁRIO Nº 067 - D.M.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista a decisão do egrégio Órgão Especial datada de 09 de junho do ano em curso e o contido no protocolado sob nº 48.341/2000, resolve

PROMOVER

pelo critério de ANTIGUIDADE, o Doutor RUY ALVES HENRIQUES FILHO, Juiz de Direito da Comarca de entrância inicial de Pérola, ao cargo de Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de entrância intermediária de Palotina.

Curitiba, 09 de junho de 2000.

*Sydney Dittrich Zappa*  
 SYDNEY DITTRICH ZAPPA  
 Presidente

**DECRETO JUDICIÁRIO Nº 068 - D.M.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista a decisão do egrégio Órgão Especial datada de 09 de junho do ano em curso e o contido no protocolado sob nº 48.342/2000, resolve

PROMOVER

pelo critério de MERECEMENTO, o Doutor ALEXANDRE GOMES GONÇALVES, Juiz de Direito da Comarca de entrância inicial de Mangueirinha, ao cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de entrância intermediária de Umuarama.

Curitiba, 09 de junho de 2000.

*Sydney Dittrich Zappa*  
 SYDNEY DITTRICH ZAPPA  
 Presidente

**DECRETO JUDICIÁRIO Nº 069 - D.M.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista a decisão do egrégio Órgão Especial datada de 09 de junho do ano em curso e o contido no protocolado sob nº 48.343/2000, resolve

REMOVER

pelo critério de MERECEMENTO, a Doutora RENATA ESTORILHO BAGANHA, Juíza de Direito da Comarca de entrância inicial de Realeza, ao cargo de Juiz de Direito da Comarca de igual entrância de Tibagi.

Curitiba, 09 de junho de 2000.

*Sydney Dittrich Zappa*  
 SYDNEY DITTRICH ZAPPA  
 Presidente





Relação No. 2000.02037 de Publicação (Análítica)

## ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Geraldo Carlos de Oliveira	001	0093363-1
Nilton Luis Ferreira de Silva	001	0093363-1

Vista ao(s) Apelante(s) - Para apresentar as Razões da Apelação -  
Prazo: 8 dias

001. 0093363-1 Apelação Crime

Protocolo: 2000/51388. Comarca: Cornélio Procopio. Vara: Vara Criminal e Anexos. Ação Originária: 930000009 Ação Penal. Apelante: Cleber Roberto Adriano Martins França. Advogado: Geraldo Carlos de Oliveira, Nilton Luis Ferreira de Silva. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná. Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal. Relator: Des. Teimó Chereim. Revisor: Des. Nunes do Nascimento. Motivo: Para apresentar as Razões da Apelação. Vista Advogado: Geraldo Carlos de Oliveira (MT004032), Nilton Luis Ferreira de Silva (MT004811)

Divisão de Processo Crime  
Seção de Recursos ao STF e STJ  
Página 001  
Emitido em 08-06-2000

Relação No. 2000.02030 de Publicação (Análítica)

## ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Jossimar Ioris	001	0083337-8/01

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Presidente

001. 0083337-8/01 Recurso Especial Crime

Protocolo: 2000/36727. Comarca: Foz do Iguaçu. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 833378 Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Ministério Público do Estado do Paraná. Recorrido: João Elias Ferreira Filho (Réu Preso). Advogado: Jossimar Ioris. Despacho: Admite o Recurso.

Divisão de Processo Crime  
Seção de Recursos ao STF e STJ  
Seção de Processos Especiais  
Página  
Emitido em 09-06-

Relação No. 2000.02043 de Publicação (Análítica)

## ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Abner Pereira da Silva	001	0063602-4/0
Daniel de Oliveira Godoy Junior	001	0063602-4/0
Georgiana Andrea de Jesus	001	0063602-4/0
Silvane Erdmann Buczak	001	0063602-4/0

Despachos proferidos pelo Exmo Sr. Des. Relator

001. 0063602-4/03 Recurso Especial Crime

Protocolo: 1999/12503. Comarca: Curitiba. Ação Originária: 636024 Queixa Crime. Recorrente: Péciles Holeben de Mello, Partido dos Trabalhadores. Advogado: Daniel de Oliveira Godoy Junior, Georgiana Andrea de Jesus, Abner Pereira da Silva. Recorrido: Jocelito Canto. Advogado: Silvane Erdmann Buczak. Despacho:

Cumpra-se a decisão do eminente Relator, Min. Edson Vidigal, que não conheceu do agravo de instrumento interposto da decisão da douta Presidência deste Tribunal, que negou seguimento ao recurso especial apresentado pelos querelantes. Assim, oportunamente sejam estes autos arquivados, juntamente com os de agravo de instrumento, em apenso. Intimem-se. Em, 30.05.2000. Des. Trotta Telles, Relator.

## DIVISÃO DO CONSELHO DA MAGISTRATURA

DIVISÃO DE APOIO AO CONSELHO DA MAGISTRATURA

29/2000

## PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

PROCESSO DE CONCURSO Nº 1999.338-1. DE ASSAI

REMETENTE: DOUTOR JUIZ DE DIREITO.

RELATOR: DES. OSIRIS FONTOURA.

ACÓRDÃO: 8626.

LIVRO: CM -66.

FLS: 247/250.

DATA DO JULGAMENTO: 05/06/2000.

EMENTA: CONCURSO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE OFICIAL DE JUSTIÇA. PERTENCENTE AO GÊNERO "FUNCIONÁRIOS DA JUSTIÇA" COMPETÊNCIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA PARA APRECIAR INTEGRALMENTE O CERTAME E HOMOLOGÁ-LO (INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DO ARTIGO 17, § 3º, INCISO VI, E ARTIGO 152. AMBOS DO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO). CONCURSO QUE APRESENTOU ABSOLUTA CONFORMIDADE COM OS DITAMES LEGAIS. HOMOLOGAÇÃO. DECISÃO: O CONSELHO DA MAGISTRATURA POR UNANIMIDADE DE VOTOS, HOMOLOGOU O REFERIDO CONCURSO, INDICANDO ROVERLEY RAIMUNDO, DAMARIS DE MORAIS MORI E GEZIELE IENSUE PARA EXERCEREM O CARGO DE OFICIAL DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ASSAI.

PROCESSO DE CONCURSO COM RECURSO Nº 1999.350-0. DE CAMPINA GRANDE DO SUL.

REMETENTE: DOUTOR JUIZ DE DIREITO.

RELATOR: DES. OSIRIS FONTOURA.

ACÓRDÃO: 8627.

LIVRO: CM -67.

FLS: 01/05.

DATA DO JULGAMENTO: 05/06/2000.

EMENTA: CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE ESCRIVÃO DO CRIME DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE DO SUL - RECURSO VISANDO NULIDADE DO CERTAME - DESIGNAÇÃO DE DATA DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS ANTES DO TÉRMINO DO PRAZO DAS INSCRIÇÕES - FALTA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DESTA - REGULAR INTIMAÇÃO VIA EDITAL - ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE DEZ DIAS OBSERVADA - RECURSO IMPROVIDO - APLICAÇÃO DO ARTIGO 21 DO REGULAMENTO DO CONCURSO DE AUXILIARES DA JUSTIÇA (ACÓRDÃO Nº 6706/93-CM) - CONCURSO QUE APRESENTOU ABSOLUTA CONFORMIDADE COM OS DITAMES LEGAIS HOMOLOGAÇÃO. DECISÃO: O CONSELHO DA MAGISTRATURA POR UNANIMIDADE DE VOTOS, CONHECEU DO RECURSO DO CANDIDATO APARECIDO BARBOSA NEGANDO-LHE PROVIMENTO E, HOMOLOGOU O REFERIDO CONCURSO, INDICANDO ADILSON ANDERSON GELINSKI PARA EXERCER O CARGO DE ESCRIVÃO DO CRIME DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE DO SUL.

PROCESSO DE CONCURSO COM RECURSO Nº 1999.111-7. DE CORONEL VIVIDA.

REMETENTE: DOUTOR JUIZ DE DIREITO DIRETOR DO FÓRUM DA COMARCA.

RELATOR: DES. OSIRIS FONTOURA.

ACÓRDÃO: 8628.

LIVRO: CM -67.

FLS: 06/12.

DATA DO JULGAMENTO: 05/06/2000.

EMENTA: CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE CONTADOR, PARTIDOR, DISTRIBUIDOR, DEPOSITÁRIO PÚBLICO E AVALIADOR JUDICIAL - CONCURSO QUE APRESENTOU ABSOLUTA CONFORMIDADE COM AS FORMALIDADES LEGAIS. RECURSO INTERPOSTO PELO 2º COLOCADO CONTRA A REVISÃO DE PROVAS IMPROVIDO.

1. A banca ao reexaminar seus critérios de avaliação, deve motivar a diferenciação de notas diante das respostas dadas à questão entre o primeiro e o segundo colocado, o que ocorreu no caso específico, pelo que, foi ratificada a classificação anterior, porém, alterando as notas;

2. De outro lado, os critérios utilizados na correção de provas de datilografia pelos três membros da comissão é individual, justificando o fato de cada um lançar a nota que lhe aprouver, pelos seus próprios critérios, sendo verificado que este fato ocorreu em todas as provas, afastando a hipótese de irregularidade, ensejando a conclusão de que o certame respeitou todos os ditames legais.

DECISÃO: O CONSELHO DA MAGISTRATURA, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO POR CELSON CRISTIAN STEVENS E HOMOLOGOU O CONCURSO, INDICANDO MARIA CRISTINA SCHULZ DE LIMA, PARA EXERCER O CARGO DE CONTADOR, PARTIDOR, DISTRIBUIDOR, DEPOSITÁRIO PÚBLICO E AVALIADOR JUDICIAL DA COMARCA DE CORONEL VIVIDA.

DESIGNAÇÃO Nº 1999.029-3. DE CRUZEIRO DO OESTE.  
INTERESSADO: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE.

RELATOR: DES. OSIRIS FONTOURA.

ACÓRDÃO: 8629.

LIVRO: CM -67.

FLS: 13/17.

DATA DO JULGAMENTO: 05/06/2000.

EMENTA: VACÂNCIA DE SERVENTIA DO FORO EXTRAJUDICIAL POR APOSENTADORIA DO TITULAR EM VIRTUDE DESTE TER COMPLETADO A IDADE LIMITE DE SETENTA (70) ANOS - REDESIGNAÇÃO DELE PARA RESPONDER PELA SERVENTIA NÃO REFERENDADA - POSTERIOR DESIGNAÇÃO DE ESCRIVENTE SUBSTITUTO INDICADO NO PERÍODO POSTERIOR À VACÂNCIA - IMPOSSIBILIDADE - CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE - ARTIGO 39, § 2º, DA LEI Nº 8935/94 - PORTARIA DO JUIZ DE DIREITO NÃO REFERENDADA PELO CONSELHO DA MAGISTRATURA.

1. Sendo o titular de uma serventia do foro extrajudicial, aposentado compulsoriamente, redesignado para responder pela própria serventia, pelo que, tal decisão não foi referendada pelo Conselho da Magistratura, não pode agora ser designado, em substituição, escrevente indicado por ele após a declaração de vacância, pois neste espaço de tempo não era mais delegado do poder público, e sim, agente público.

2. A autoridade competente, no ato designativo, no que tange às serventias do foro extrajudicial, obrigatoriamente, tem que observar o critério de antiguidade, avaliada na forma da lista recebida pela Corregedoria-Geral da Justiça com o nome dos substitutos e a data do início da substituição, nos termos do que dispõe o artigo 39, § 2º, da Lei nº 8935/94.

DECISÃO: O CONSELHO DA MAGISTRATURA, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, NÃO REFERENDOU A PORTARIA Nº 23/98, QUE DESIGNOU JULIO APARECIDO ALEXANDRE DE CASTRO PARA RESPONDER PELO OFÍCIO DISTRIAL DE MARILUZ, COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE, DEVENDO SER BAIXADO PELO MM. JUIZ DE DIREITO NOVO ATO DESIGNANDO A ESCRIVENTE SUBSTITUTA MAIS ANTIGA, SILVIA APARECIDA ALEXANDRE DE CASTRO.

Curitiba, 09 de junho de 2000.

## TRIBUNAL DE ALÇADA

## ATOS DA PRESIDÊNCIA

## PORTARIA Nº 113/2000

O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 61462/2000, resolve:

## CONCEDER

ao Excelentíssimo Senhor Doutor Sérgio Arenhart, Juiz deste Tribunal, 3 (três) meses de licença especial a que faz jus, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções no quinquênio compreendido entre 15 de fevereiro de 1992 e 19 de agosto de 1996, antecipado pela contagem efetivada pela Portaria nº 288/96, de 11 de novembro de 1996, a partir do dia 1º de agosto do corrente ano, com fulcro no artigo 247, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.174/70.

Curitiba, 06 de junho de 2000.

Celso Rotoli de Macedo  
Presidente

## PORTARIA Nº 115/2000

O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve:

## REVOGAR

a Portaria nº 82/2000, na parte referente às designações de Neidi Munhoz Gleich, e de Carla Yassin, para secretariarem as sessões de julgamento da Sexta Câmara Cível e Terceira Câmara Criminal, respectivamente.

Curitiba, 06 de junho de 2000.

Celso Rotoli de Macedo  
Presidente

## PORTARIA Nº 116/2000

O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 59697/2000, resolve:

## DESIGNAR

Roberto Magnus Trotta Telles Filho, matrícula nº 348, Técnico Judiciário nível C-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, para secretariar as sessões da Sexta Câmara Cível ficando, em consequência, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 06 de junho de 2000.

Celso Rotoli de Macedo  
Presidente

## PORTARIA Nº 117/2000

O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve:

## DESIGNAR

Odilon César Meger, matrícula nº 5163, Assessor Jurídico nível F-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, para secretariar as sessões da Terceira Câmara Criminal ficando, em consequência, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 06 de junho de 2000.

Celso Rotoli de Macedo  
Presidente

## PORTARIA Nº 118/2000

O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o protocolado sob nº 60808/2000, e o contido no art. 1º, da Resolução nº 1/97, ad referendum do Órgão Especial, resolve:

## INSTITUIR

regime de exceção, a requerimento do Juiz Clayton Coutinho de Camargo, integrante da Quarta Câmara Cível, pelo prazo de 01 (um) ano, a partir do próximo dia 12, na forma da Resolução nº 1/97 deste Tribunal.

Curitiba, 06 de junho de 2000.

Celso Rotoli de Macedo  
Presidente

## PORTARIA Nº 119/2000

O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 61981/2000, resolve:

## EXONERAR

a pedido, Rafael Augusto Machado de Oliveira, matrícula nº 5617 do cargo, em comissão, de Assessor Judiciário símbolo DAS-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, a partir do último dia 06.

Curitiba, 07 de junho de 2000.

Celso Rotoli de Macedo  
Presidente

